

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.226 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 2000

Congresso aprova Orçamento: obras e área social ganham mais R\$ 5,9 bi

Parlamentares destacam o fato de o Congresso votar, no ano anterior, a proposta orçamentária do exercício seguinte e de incluir nela a definição do salário mínimo, com fontes de financiamento especificadas



Depois de três meses de debates, o Congresso aprovou ontem o Orçamento da União para o próximo ano. O substitutivo modifica a proposta original do Executivo para aumentar em R\$ 5,95 bilhões os investimentos sociais e em obras de infra-estrutura. Outra mudança é o valor do salário mínimo, fixado em R\$ 180.

PÁGINAS 3 A 6



O Congresso vota o substitutivo do senador Amir Lando (D), que já havia sido aprovado pela Comissão Mista de Orçamento

Antonio Carlos prevê convocação extraordinária a partir do dia 22

O presidente da República deverá convocar extraordinariamente o Congresso para o período de 22 de janeiro a 14 de fevereiro, segundo previu ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O propósito é examinar as medidas provisórias que serão reeditadas. Antonio Carlos mostrou-se satisfeito com o desempenho do Congresso: "Votamos tudo que tínhamos de votar este ano".



Antonio Carlos destacou a votação de matérias importantes pelo Congresso durante a autoconvocação de 16 a 29 de dezembro

PÁGINA 2

**Fundo Verde-Amarelo
vai à sanção presidencial**

**Universidade do
Legislativo é aprovada**

**Senado autoriza três
empréstimos externos**

PÁGINA 2

ACM prevê convocação do Congresso para o dia 22

Objetivo é apreciar medidas provisórias que o governo estará reeditando nos próximos dias, além de projetos em tramitação na Câmara e no Senado. A pauta ainda será definida pelo Executivo, em comum acordo com as lideranças partidárias

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem que o presidente da República deverá fazer a convocação extraordinária do Congresso Nacional para o período de 22 de janeiro a 14 de fevereiro. O propósito da convocação é examinar as medidas provisórias que serão reeditadas, mas Antonio Carlos disse que projetos em tramitação na Câmara e Senado também devem entrar na pauta a ser definida pelo governo em acordo com as lideranças partidárias.

Antonio Carlos disse estar satisfeito com o desempenho do Congresso e, em particular, do Senado. "Votamos tudo que tínhamos de votar este ano, inclusive o Orçamento de 2001, com um novo salário mínimo bem melhor", disse, ao fazer uma avaliação informal do desempenho do Legislativo logo após a última sessão deliberativa do Senado neste ano. Ele registrou sua satisfação com o fato de os parlamentares terem votado durante a autoconvocação, no período de 16 a 29 de dezembro, projetos importantes como as mudanças na Lei de Informática e o Fundo Verde-Amarelo, com o qual o governo pretende destinar mais recursos para o desenvolvimento tecnológico nacional.

— Só porque eu vejo antes, dizem que enxergo demais — observou o senador, lembrando uma máxima de Carlos Lacerda para explicar sua confiança e empenho no encaminhamento de propostas para aprovação pelo Congresso, como a emenda que criou o Fundo de Combate à Pobreza e as articulações que viabilizaram o reajuste do salário mínimo, no próximo ano, para R\$ 180.

A data da convocação, segundo ele, foi acertada com o presidente Fernando Henrique Cardoso.



O Plenário do Senado aprovou ontem 23 matérias que estavam na pauta

Senado aprova a criação da Universidade do Legislativo

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução de iniciativa da Mesa do Senado que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro (UniLegis), com o objetivo de promover a geração, desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

A UniLegis é uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão, destinada à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Legislativo e será sediada pelo Senado brasileiro. A instituição está sendo criada para treinar e reciclar profissionais que assessoram parlamentares dos legislativos federal, estaduais e municipais.

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da proposta, a universidade reflete o processo de modernização pelo qual

tem passado o Senado Federal. Ele destacou a participação do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) como um dos realizadores da proposta e parabenizou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela iniciativa.

O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, disse que a UniLegis, além de ocupar três horas diárias na programação da TV Senado para disponibilizar conhecimento imediato às assembleias estaduais e municipais de todo o país, terá também uma interface com os demais senados da América Latina. "A idéia da UniLegis foi apresentada pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) em recente encontro internacional em Paris e foi recebida com grande surpresa e entusiasmo por parlamentares de todo o mundo e pelo Banco Mundial", afirmou.

Aeronáutica e rede hospitalar têm empréstimos autorizados

Projetos de resolução que autorizam o governo federal a tomar três empréstimos externos foram aprovados ontem pelo Senado. A maior parcela, um total de US\$ 285 milhões, destina-se ao programa da Força Aérea Brasileira (FAB) para modernização de sua frota de caças F-5.

Dentro do Programa de Expansão da Educação Profissional, os sena-

dores autorizaram o governo federal a tomar empréstimo externo de US\$ 19,125 milhões junto ao banco húngaro de importação e exportação, o Eximbank Magyar, além de US\$ 5,9 milhões junto ao Marubeni Europe para a compra de equipamentos de endoscopia, radioterapia I e gama câmara, no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar.

Fundo Verde-Amarelo vai à sanção presidencial

Na última sessão deliberativa de 2000, o Senado aprovou ontem de manhã uma pauta com 23 itens, entre os quais o projeto de lei que cria o chamado Fundo Verde-Amarelo, programa de incentivo à interação universidade-empresa destinado a estimular a pesquisa tecnológica. O projeto, enviado pelo Executivo, prevê a aplicação de uma alíquota de 10% sobre os valores que as empresas enviam ao exterior pela compra ou aluguel de tecnologia, exploração de patentes ou uso de marcas estrangeiras e contratos de assistência técnica. Já aprovado pela Câmara, o projeto vai à sanção presidencial e, como não sofreu alterações no Legislativo, poderá entrar em vigor em 2001.

O projeto encaminhado pelo go-

verno cria o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, que tem como objetivo principal o fomento do desenvolvimento tecnológico brasileiro. Para financiar essas atividades, foi criada a contribuição de intervenção no domínio econômico, devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como as signatárias de contratos que impliquem transferência de tecnologia.

Essa contribuição será destinada pelo Tesouro Nacional ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e o Ministério da Ciência e Tecnologia deverá constituir um Comitê Gestor para coordenar as atividades desse novo programa.

Autorizadas emissoras e acolhidos tratados externos

O Senado aprovou ontem um total de nove projetos de decreto legislativo que concedem ou renovam concessões de rádio e televisão em diversos municípios do país, além de textos de acordos e tratados internacionais assinados pelo Brasil. Foram também aprovadas duas indicações de embaixadores brasileiros — para a África do Sul e a Ucrânia.

Os senadores aprovaram o texto do Tratado de Extradicação entre Brasil e Coreia, mas excluiu um item, a fim de prevenir o risco de extradicação de pessoa que possa vir a ser condenada à morte na Coreia, porque a Constituição brasileira não admite a aplicação da pena capital.

O texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do

Mercosul também foi aprovado pelos senadores, juntamente com a aprovação da participação do país no Fundo de Meio Ambiente Global Reestruturado. O texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior foi igualmente aprovado, assim como o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Zimbábue e o Acordo Geral de Cooperação celebrado pelo Brasil com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa do Senado.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso aprova o Orçamento da União para 2001

Pela primeira vez nos últimos tempos, parlamentares votam no ano anterior a proposta orçamentária do exercício seguinte e incluem nela a definição do valor do salário mínimo, com fontes de financiamento especificadas

O Congresso aprovou ontem, depois de três meses de debates, o Orçamento da União para o próximo ano, modificando a proposta original do Executivo para elevar os investimentos sociais e em obras de infraestrutura em R\$ 5,95 bilhões. Com isso, tais investimentos somarão R\$ 18,08 bilhões, um valor 49% maior que a previsão apresentada pelo Executivo. Os novos investimentos foram divididos em mais de 9 mil projetos e obras por todo o Brasil, por meio de emendas apresentadas pelos deputados e senadores.

O Orçamento modificado inclui uma verba de R\$ 3,45 bilhões para a Previdência Social bancar o aumento do salário mínimo de R\$ 151 para R\$ 180 em abril próximo – mais de 12 milhões de pessoas recebem do INSS aposentadoria igual ao salário mínimo. O governo

propôs no projeto orçamentário reajuste do mínimo para apenas R\$ 159 e foi contestado pelos congressistas. A discussão entre o Executivo e o Congresso em torno das fontes de recursos para o novo mínimo demorou 40 dias e, no final, o Congresso aprovou três projetos destinados a permitir que a Receita Federal investigue suspeitos de sonegar impostos e, assim, garantir dinheiro para o salário mínimo.

Conforme o substitutivo do projeto orçamentário apresentado pelo relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO), os três projetos anti-sonegação irão render no ano que vem receitas de pelo menos R\$ 9 bilhões. Ele fez uma pequena reestimativa na previsão de receita de algumas contribuições e impostos e do valor que o governo receberá em seus processos de



O Plenário do Congresso Nacional vota o Orçamento da União depois de três meses de debates

cobrança de dívida ativa, especialmente de devedores do INSS e de Imposto de Renda. Assim, o substitutivo aumenta a previsão de receitas federais em R\$ 11,3 bilhões, dinheiro suficiente para o aumento do salário mínimo e para os novos investimentos.

Esta foi a primeira vez nos últimos anos que o Congresso apro-

vou no ano anterior o projeto do orçamento federal. Também foi a primeira vez que o Congresso discutiu o reajuste do mínimo durante a votação do Orçamento, o que permitiu a identificação das fontes destinadas a bancar o novo gasto. “Tirar dinheiro de sonegadores para bancar o aumento do salário mínimo é devolver

ao povo o que lhe foi tirado”, afirmou em discurso o relator, senador Amir Lando. Nos anos anteriores, continuou, os parlamentares não buscavam novas fontes para aumentar os investimentos, preferindo a simples reestimativa das receitas da União.

Aprovado pelo Congresso, o projeto do Orçamento 2001 será remetido ainda hoje à sanção do presidente da República. Com as mudanças introduzidas pelos parlamentares, as receitas não-financeiras (fora rolagem da dívida e pagamento de juros da dívida) subiram para R\$ 280,23 bilhões. proposta original do Executivo era de R\$ 268,89 bilhões.

Acordo de partidos permite votação simbólica

Quatro partidos de oposição – PT, PSB, PC do B e PV – votaram contra o substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) à proposta de lei orçamentária do Executivo, o que não rompeu o acordo firmado entre as lideranças partidárias no Congresso de aprovar a matéria ontem, por votação simbólica. Apesar das divergências explicitadas em plenário, todas as lideranças partidárias enfatizaram a novidade e a importância de a lei orçamentária para 2001 ter integrado a decisão de aumentar o salário mínimo para R\$ 180 a partir de abril.

– Tenho a convicção de que estamos evoluindo em matéria orçamentária – afirmou o senador, lembrando que a CPI do PC, de que também foi relator, e a CPI do Orçamento representaram “um processo de assepsia ética” e que, hoje, “a transparência da peça orçamentária é um fato”. Por coerência com essa convicção, o senador rejeitou “qualquer delegação do Congresso” para efetuar a consolidação das mudanças decididas na Comissão Mista de Orçamento, quarta-feira de madrugada e ontem de manhã, e convocou os integrantes do Comitê de Emendas para os tra-

balhos de finalização, até que a redação final esteja disponível na Internet, o que deverá ocorrer hoje.

Dois destaques para votação em separado foram apresentados em plenário. Um deles, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, solicitava mais R\$ 14,5 milhões para fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico em áreas de ponta como telemedicina e teleeducação. O relator acolheu parcialmente o pedido, destinando mais R\$ 10 milhões para esse objetivo. Outro destaque, apresentado pelos partidos de oposição ao governo, pretendia que o substitutivo aprovado integrasse previsão de reajuste dos salários do funcionalismo público civil e militar. Amir Lando, embora concordando com a medida, considerou que ela teria exigido análise e discussão, como as que foram realizadas em torno do aumento do salário mínimo, e rejeitou a modificação.

Entre as divergências registradas no debate, o presidente da Comissão Mista de Orçamentos, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), discordou da análise de que a política de privatização seria um dos problemas do Estado brasileiro atual, como frisou o relator nas primeiras 50 páginas de seu relatório.

Na opinião do deputado, “o que se está é desprivatizando o Estado”, antes “instrumento de interesses oligárquicos”. O presidente e o relator-geral concordaram, no entanto, em que é preciso modificar os procedimentos de elaboração orçamentária. Para Goldman, o Congresso ocupa-se pouco na discussão da qualidade dos investimentos, limitando-se a definir quantitativos. Lando, por sua vez, defende que é preciso minimizar as pressões por recursos, para que o Congresso possa aprofundar-se mais no conteúdo das emendas ao Orçamento.

Os representantes dos partidos de oposição destacaram que a fixação do aumento do salário mínimo no Orçamento foi um avanço. As dotações para o Fundo de Combate à Pobreza e para a bolsa-escola, assim como as discussões que levaram à aprovação de três leis contra a sonegação de tributos, foram outros aspectos positivos ressaltados pela oposição. Entre os aspectos negativos, o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG) referiu-se “aos imensos guarda-chuvas” – programas genéricos, cuja destinação será decidida no âmbito dos ministérios –, abertos pelo que ele denominou de “orçamento da eleição de 2002”.

ACM diz que Congresso cumpriu dever e elogia comissão mista

Ao encerrar a sessão de votação da lei orçamentária, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, disse que, mais do que nunca, o Legislativo cumpriu com o seu dever. No seu entender, senadores e deputados vão para seus estados de cabeça erguida, porque nunca houve um comparecimento tão maciço ao Congresso numa data como esta.

“Este Congresso está a merecer os parabéns de toda a nação brasileira, pelo absoluto cumprimento de seus deveres”, afirmou o presidente, antes de desejar a todos um “Feliz Ano-Novo” e um trabalho notável em 2001.

Antonio Carlos elogiou o trabalho da Comissão Mista de Orçamento, agradecendo especialmente ao deputado Alberto Goldman, que a presidiu, e ao senador Amir Lando, que relatou a matéria, “pelo notável trabalho que realizaram, junto com toda a comissão”.

Durante a sessão do Senado ontem, Antonio Carlos Magalhães também destacou o esforço e a eficiência do relator, que conseguiu em tempo recorde elaborar o texto final do Orçamento. Em resposta, Amir Lando disse que o resultado do trabalho é fruto do esforço de todo o Congresso Nacional, desta-



Antonio Carlos Magalhães afirma que senadores e deputados vão para seus estados com a cabeça erguida

cando que pela primeira vez os parlamentares tomaram para si a responsabilidade de fixar um valor significativo para o aumento do salário mínimo, apontando as fontes de financiamento.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) enalteceu o fato de Amir Lando ter conseguido apresentar seu parecer com rapidez, o que possibilitou a aprovação do Orçamento de 2001 dentro dos prazos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Suassuna destacou que nos últimos 20 anos o Orçamento da União só foi aprovado duas vezes no ano anterior ao de sua vigência. Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Pedro Simon (PMDB-RS) também elogiaram o trabalho de Amir Lando, ressaltando que o relator se esforçou para realizar um trabalho transparente e democrático.

De onde vem e para onde vai o dinheiro público

A arrecadação de impostos e contribuições provém de mais de 20 fontes e chegará a R\$ 280,23 bilhões. Todo esse dinheiro será dividido em milhares de programas, projetos, obras e serviços, os quais compõem o Orçamento da União

São exatamente 2.650 páginas, nas quais uma pessoa paciente poderá tomar conhecimento em detalhes de onde vem e para onde vai todo o dinheiro que a União arrecadará e gastará no ano de 2001, conforme o projeto aprovado ontem por deputados e senadores. Mas se o interesse for para os grandes números, um quadro mostra, logo nas primeiras páginas do projeto de Orçamento da União, que entrarão nos cofres federais no próximo ano R\$ 280,23 bilhões.

Os números dos gastos, no entanto, são mais complicados. São dois tipos de contas: sem o pagamento de juros, haverá uma sobra no caixa do Tesouro de R\$ 28,2 bilhões, o chamado superávit primário. Se a pessoa levar em conta o quanto se gastará com juros da dívida pública, a situação muda e o governo passará a ter um déficit de R\$ 11,3 bilhões. A diferença terá de ser coberta com a tomada de empréstimos por parte da União.

No próximo ano, o governo prevê no Orçamento, e o Congresso concordou, um crescimento da economia de 4,5% e inflação de 4% (IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas). O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo o que se produz no país em um ano, baterá todos os recordes e seu valor foi estimado pelo governo em R\$ 1,24 trilhão.

Graças a este bom momento da economia, a arrecadação de impostos e contribuições crescerá 19,8%, chegando a R\$ 280,23 bilhões, um aumento considerado pelos deputados e senadores como "excelente". A equipe econômica, no entanto, é menos otimista e acha que o crescimento das receitas ficará em 15,1%.

Mas despesas não ficarão por menos e subirão em 2001 na mesma proporção das receitas (19,8%), de acordo com o projeto orçamentário aprovado pelo Congresso. Desse valor, devem-se descontar R\$ 41,78 bilhões de transferências cons-



titucionais para estados e municípios, os quais ficam com cerca de metade da arrecadação de alguns impostos recolhidos pela Secretaria da Receita Federal. Ou seja, a despesa líquida da União em 2001 será, na versão dos congressistas, de R\$ 210,21 bilhões.

FONTES

A arrecadação federal é sustentada por mais de 20 fontes. A principal delas é o Imposto de Renda de empresas e pessoas físicas, que renderá R\$ 55,9 bilhões, seguida de uma contribuição, a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), paga pelas empresas, que levará ao Tesouro R\$ 45,57 bilhões. A CPMF dará R\$ 16,6 bilhões e a tributação sobre derivados de petróleo, R\$ 6,5 bilhões. A maior receita federal, no entanto, é a contribuição previdenciária paga por todo empregado e patrão (desconto para o INSS) e que irá gerar R\$ 63,86 bilhões. Esse dinheiro se destina unicamente à Previdência Social, para o pagamento de aposentadorias e licenças médicas ou de maternidade.

Toda essa arrecadação será dividida em milhares de programas, projetos, obras e serviços. Há, no entanto, grandes áreas com gastos que não podem ser mexidos. O pagamento do funcionalismo federal, por exemplo, consumirá R\$ 59,15 bilhões, somando ativos e aposentados e pensionistas federais, dos três poderes. O pagamento de juros também entra nos grandes números, com R\$ 45,4 bilhões. O valor é líquido, ou seja, estão descontados os juros que a União tem a receber dos estados, municípios e até de títulos parados no Banco Central.

Principal fonte é o Imposto de Renda das pessoas físicas e das empresas, que gerará para o Tesouro Nacional R\$ 55,9 bilhões

Receitas e gastos, conforme o Orçamento de 2001 aprovado pelo Congresso

De onde vem ...

Imposto de Renda (empresas e pessoas)	R\$ 55,90 bilhões
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	R\$ 20,78 bilhões
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)	R\$ 16,60 bilhões
Receita da Previdência Social (INSS)	R\$ 63,86 bilhões
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	R\$ 3,21 bilhões
Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins)	R\$ 45,57 bilhões
Imposto de Importação	R\$ 9,10 bilhões
Pis-Pasep	R\$ 11,40 bilhões
Contribuição Social sobre Lucro Líq. das empresas (CSLL)	R\$ 10,42 bilhões
Concessão de serviços públicos	R\$ 8,66 bilhões
Tributação de derivados nas refinarias de petróleo	R\$ 6,50 bilhões
Outros	R\$ 28,23 bilhões
TOTAL	R\$ 280,23 bilhões

... e para onde vai o dinheiro

Pagamento de aposentadorias e benefícios pelo INSS	R\$ 75,32 bilhões
Salários e aposentadorias no serviço público federal	R\$ 59,15 bilhões
Gastos líquidos com juros da dívida pública	R\$ 45,40 bilhões
Transferências const. para estados e municípios	R\$ 41,78 bilhões
Investimentos (saúde, educação, saneamento, estradas etc)	R\$ 18,08 bilhões
Superávit primário das contas públicas (sem pgto. de juros)	R\$ 28,23 bilhões
Custeio da máquina pública e despesas correntes de capital	R\$ 12,27 bilhões
TOTAL	R\$ 280,23 bilhões

Orçamento prevê dívida pública da União de R\$ 873,6 bilhões

O estoque da dívida pública da União, interna e externa, sob a forma de títulos ou de empréstimos, chegará em 31 de dezembro de 2001 a R\$ 873,62 bilhões. A dívida interna baterá em R\$ 751,32 bilhões, enquanto a dívida externa ficará em R\$ 122,29 bilhões. Estes números constam do Orçamento da União aprovado ontem pelo Plenário do Congresso.

Só com juros da dívida interna, o governo federal gastará em 2001 R\$ 67 bilhões – menos que os R\$ 80 bilhões deste ano. Como a União tem juros a receber de estados, municípios e de empréstimos concedidos e até de títulos parados no Banco Central, o gasto líquido com juros no próximo ano se reduzirá para R\$ 45,4 bilhões, conforme o projeto orçamentário.

Apesar do elevado valor do estoque da dívida federal (R\$ 873,62 bilhões), a dívida líquida da União (descontado todo o dinheiro que emprestou a estados, empresas, pessoas etc.) mantém-se

em 27,85% do Produto Interno Bruto. Seu valor, atualmente, é calculado pelo próprio governo em R\$ 348 bilhões.

Haverá um crescimento de R\$ 133,83 bilhões no estoque da dívida interna no decorrer do próximo ano. Conforme o governo, isso se deve principalmente a emissões especiais de títulos para cobrir resultado negativo do Banco Central e pela criação, no BC, de uma carteira de títulos da União, pois a recente Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe o Banco Central de emitir títulos próprios depois de maio de 2002.

A dívida bruta interna do governo federal, que era de R\$ 62 bilhões em dezembro de 1994, subiu rapidamente, conforme o Ministério do Planejamento, entre outras coisas devido à política do governo Fernando Henrique de

"federalizar dívidas estaduais" (saneamento estadual). Somando juros e principal, só a "federalização" representa aproximadamente R\$ 200 bilhões da dívida interna. Fora isso, conforme o governo, a dívida cresceu por causa dos juros altos adotados para enfrentar duas grandes crises financeiras externas (da Rússia e da Ásia).

Neste ano, a situação da dívida pública interna, apesar de seu crescimento, vem apresentando melhores condições de rolagem no mercado. Os juros médios, que chegaram a 49% no auge da crise asiática, ficaram em 25,59% no ano passado, estarão em 17,28% neste ano e se reduzirão para 14,23% em 2001. O prazo médio dos títulos vendidos também vem aumentando, tendo passado de 11,6 meses no ano passado para 13,35 meses em 2001.

Somando juros e principal, só a "federalização" da dívida representa aproximadamente R\$ 200 bilhões



Área social e obras de infra-estrutura terão novos investimentos de R\$ 5,95 bi

Despesas deverão ser cobertas com recursos provenientes do combate à sonegação de impostos. Áreas mais beneficiadas serão as de transporte, urbanismo e educação

A grande modificação feita pelo Congresso no Orçamento 2001, além de indicar fontes para o aumento do salário mínimo para R\$ 180 em abril próximo, foi o aumento dos recursos para bancar investimentos na área social e em obras de infra-estrutura. No total, o relator-geral autorizou novos investimentos em R\$ 5,95 bilhões, usando dinheiro que será arrecadado do combate à sonegação de impostos.

A área mais beneficiada pelo Congresso com as alterações foi o Ministério dos Transportes, que ganhou mais R\$ 1,23 bilhão, elevando todos seus investimentos no ano que vem para R\$ 3,88 bilhões. Em seguida, vêm as obras de urbanismo (habitação, saneamento), com um acréscimo de R\$ 611 milhões, o que no final significará uma aplicação de R\$ 703 milhões, um crescimento de 764%.

O Congresso também privilegiou a área da educação (mais 19,7%), que contará com R\$ 982 milhões só para novos investimentos. Todo o setor de educação receberá da União em 2001 exatamente R\$ 16,03 bilhões, incluindo repasses aos municípios e aos estados. O Ministério da Saúde, que terá para gastar R\$ 25,82 bilhões, investirá desse total R\$ 3,03 bilhões, sendo R\$ 1,07 bilhão concedidos a mais por emendas dos deputados e senadores.

Na divisão regional dos investimentos totais de R\$ 18,08 bilhões para o próximo ano, a região Nordeste ficará com a maior fatia — exatamente 26,5%, ou R\$ 4,7 bilhões. Em segundo lugar vem o Sudeste,



A construção e a conservação de rodovias foram beneficiadas com o aumento de verbas para a área de transportes

com R\$ 2,2 bilhões (12,2% do total). A seguir vem o Norte (11,5%), o Centro-Oeste (7%) e a região Sul (6,9%). Mais de um terço dos investimentos da União em 2001 são considerados de interesse nacional, somando R\$ 6,4 bilhões.

Os investimentos adicionais de R\$ 5,95 bilhões aprovados pelo Congres-

so Nacional sairão basicamente do aumento de arrecadação a ser propiciado por três projetos de combate à sonegação aprovados nos últimos dias pelo Congresso (um deles permite à Receita Federal acesso às movimentações financeiras para cruzar dados de cobrança da CPMF com a declaração de rendimentos de sus-

peitos). Os economistas do Congresso calcularam que os projetos anti-sonegação iriam gerar um aumento de receitas de R\$ 9 bilhões. O Executivo contestou e, por acordo, ficou acertado que o governo estaria autorizado a cortar nas emendas dos parlamentares caso o combate aos sonegadores se frustrar.

Quatro em cada cinco reais têm destino certo

De cada R\$ 5 que serão gastos pelo governo em 2001, R\$ 4 já têm destino certo e não podem ser redirecionados. Eles são reservados para as chamadas despesas não-discriminatórias, entre as quais estão o pagamento de vencimentos dos funcionários públicos e de benefícios da Previdência e as transferências constitucionais e legais aos estados e municípios. Essas transferências constitucionais deverão consumir R\$ 41,78 bilhões em 2001, ou seja, 14,9% de todas as receitas federais previstas no Orçamento para 2001, que somarão R\$ 280,2 bilhões.

As transferências constitucionais e legais incluídas no projeto de Orçamento são 11,8% maiores do que as fixadas pelo Executivo na reprogramação de gastos para 2000, segundo análise feita em nota técnica das consultorias técnicas da Câmara e do Senado. Isto se deve principalmente, de acordo com o estudo, a um aumento da cota-parte de compensações financeiras a serem transferidas aos estados e municípios.

O artigo 159 da Constituição estabelece que a Constituição deverá repassar ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) 21,5% da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). Outros 22,5% da arrecadação do IR e do IPI serão destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os programas de financiamento ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste dispõem ainda de 3% do total de arrecadação dos dois impostos.

Parte dos recursos recebidos pelos estados e municípios, por meio de transferências da União, também tem destino certo. A Constituição os obriga a aplicar em programas de educação 25% de suas receitas, aí incluídas as provenientes de transferências.

Onde o governo investirá R\$ 18 bilhões em 2001

Investimentos fiscais nas regiões (em R\$ milhões)

Região	Proposta do Governo	Aprovados pelo Congresso
Nordeste	3.121,1	4.794,6
Norte	978,6	2.083,5
Sul	549,7	1.242,9
Sudeste	1.021,0	2.212,2
Centro-Oeste	576,0	1.268,1
Nacional	5.883,4	6.479,3
TOTAL	12.129,8	18.080,7

Fonte: Orçamento 2001 aprovado pelo Congresso

Servidores ficam sem aumento, mas gastos com pessoal sobem

O funcionalismo público federal não terá aumento geral em 2001, mas continuarão subindo os gastos com os 956 mil funcionários da ativa, incluindo os militares, e com os 921 mil aposentados e pensionistas. O Orçamento prevê uma verba de R\$ 59,1 bilhões para o pagamento de pessoal e encargos sociais, sendo R\$ 33 bilhões para servidores em atividade e R\$ 26,1 bilhões para os inativos.

Mesmo sem aumento geral, a folha salarial dos ativos subirá no ano que vem 17,7% e a dos aposentados e pensionistas, 9,9%. Conforme ex-

plicação do governo, tratam-se de aumentos isolados de algumas carreiras do serviço público, que vêm sendo incentivadas, entre elas os advogados que defendem a União. Além disso, há crescimento vegetativo da folha salarial, entre outras coisas por mudanças de faixas de salário por tempo de serviço.

As consultorias de Orçamento e Fiscalização do Congresso destacam que, depois da primeira fase da reforma da previdência do funcionalismo federal, diminuiu o ritmo de crescimento destes gastos. Tanto é que a folha salarial dos

aposentados subirá no ano que vem bem menos que a folha dos funcionários da ativa.

O projeto orçamentário prevê que a União irá contratar neste próximo ano, por concurso público, exatamente 17.353 novos servidores e quatro órgãos públicos vão implantar planos de carreira. A Justiça Federal fará o maior número de contratações, abrangendo todas as regiões do país — no total, 3.513 concursados. Em seguida virão os ministérios da Justiça (2.489 contratações), Fazenda (1.788), Comunicações (1.496), Meio Ambi-

ente (1.200), Minas e Energia (982) e Justiça do Trabalho (941).

Em seu substitutivo, o relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), informa que não destacou verbas para o governo pagar o aumento dos militares, anunciado recentemente pelo presidente da República, e nem para o reajuste de 11,98% para os servidores do Judiciário, que ganharam ações de reposição na Justiça. Para ele, o governo pode fazer remanejamentos de verbas ou pedir créditos suplementares para bancar tais gastos.

Carlos Patrocínio espera que Congresso exerça prerrogativas

Senador acredita que parlamentares só cumprirão sua missão quando a execução do Orçamento aprovado tornar-se obrigatória

Primeiro senador a manifestar-se na sessão do Congresso de votação da lei orçamentária para 2001, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) lamentou

que, mais uma vez, o Legislativo delibere sobre assunto tão relevante "na calada da noite". Ele pediu que se acabe com esse tipo apressado de votação e manifestou seu desejo de que essa lei não seja apenas mais uma peça de ficção.

O senador contou ter assistido a apelos patéticos de parlamentares pela aprovação de emendas, e disse que somente quando aprovar a proposta de emenda constitucional que torna obrigatória a execução da programação constante da lei orçamentária anual, o Congres-



so estará exercendo de fato suas prerrogativas.

Lembrando ser essa PEC de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e outros

senadores, Patrocínio apelou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa para que acelerasse a votação dessa iniciativa, que torna impositivo o Orçamento Geral da União.

Ele também considerou injustificável que, todo final de ano, deputados e senadores tenham que se debruçar sobre enorme quantidade de projetos de créditos especiais, suplementares e adicionais, como aconteceu agora, quando foram examinadas mais de 180 proposições nesse sentido.



Carlos Patrocínio faz apelo à CCJ para que vote PEC de autoria de Antonio Carlos Magalhães

Sobre a necessidade de fiscalização da execução orçamentária, ele afirmou que, para essa tarefa, o Congresso dispõe da Comissão de Fiscalização da Câmara, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, perfeitamente aptas a cumprir essa missão.

Heloísa Helena: Orçamento já é impositivo

Durante a votação da lei orçamentária, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) esclareceu que não há um só dispositivo na Constituição dizendo que a decisão do Legislativo sobre o Orçamento da União não é impositiva. "Infelizmente, como o governo federal, com nossa omissão e cumplicidade, não executa o que tem a obrigação de executar, nós entramos

nessa discussão do Orçamento impositivo", observou ela, comentando discursos de parlamentares que defenderam a aprovação da proposta de emenda constitucional que obriga o governo a executar a peça orçamentária na íntegra.

A senadora disse que na realidade o Legislativo não aprova o Orçamento, mas apenas delibera

sobre 15% do que ali está previsto. "Caímos na armadilha de achar que decidimos, mas a maioria dos recursos são verba carimbada", disse ainda a senadora. Ela afirmou que a maioria dos recursos da lei orçamentária é intocável, justamente para "privilegiar o Fundo Monetário Internacional, a agitação internacional e, portanto, a nossa subserviência".

Para Suassuna, CAE trabalhou no incremento do comércio exterior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) trabalhou no incremento do comércio exterior brasileiro. A avaliação foi feita ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE. "Abrimos uma porta no Congresso e no Senado para não nos preocuparmos apenas com as relações diplomáticas, mas principalmente com as relações de comércio", afirmou.

Este trabalho, segundo Suassuna, já começa a dar resultados. Em janeiro, o senador deverá ir à Líbia em missão oficial. A intenção é colaborar no aumento do volume de negócios do Brasil com

aquele país, que já foi de R\$ 2 bilhões anuais.

Suassuna também destacou, entre as matérias votadas pela comissão, a permissão de abertura de créditos pela União para reequipar a Aeronáutica e para a compra de equipamentos para a rede pública de saúde. "Com isso, estaremos importando equipamentos para os carentes que usam os hospitais públicos e estaremos também dando ao poder nacional brasileiro uma maior potência, já que passará a ter os F-5 modernizados, em condição de combate, o que antes não acontecia", observou.

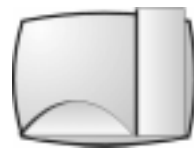


Suassuna destacou autorizações de créditos para reequipar Aeronáutica e hospitais públicos

Destaques da TV Senado no fim de ano

■ Especial Velho Chico

O rio São Francisco, com seus cerca de 640 mil km² de área de



dança popular *Norddestenamente*, fruto do trabalho de anos de uma equipe de pesquisadores e artistas. Com

abrangência, é o tema do programa especial que a TV Senado reservou para o último fim de semana do ano. Sábado, às 4h30, e domingo, às 4h e 6h.

coreografias e direção geral de Mario Cardona e supervisão artística de Fernando Bicudo, *Norddestenamente* tem sua exibição neste sábado e domingo, às 21h30.

■ Quem tem medo de música clássica?

O senador Artur da Távola apresenta os instrumentos de cordas e arcos e suas várias formas de utilização. Sábado e domingo, às 10h e 18h.

■ Jornal do Senado – Retrospectiva 2000

No último fim de semana do ano, a TV Senado exhibe as cinco edições especiais do *Jornal do Senado*, com a retrospectiva de 2000:

- Programa 1 – Traz como principais assuntos a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a aprovação da contratação de servidores públicos pela CLT, a desvinculação de recursos da União e a proibição da venda de anabolizantes sem receita médica. Na segunda, às 4h e 21h.

■ Espaço Cultural

Segunda-feira, à 1h, o Coral do Senado apresenta *Natal em Concerto*, com músicas sacras que anunciam o nascimento de Cristo.

- Programa 2 – A criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Fundo de Combate à Pobreza, a CPI do Roubo de Cargas e as mudanças na Lei Pelé. Na segunda, às 2h30 e 17h.

■ Agenda Econômica

O convidado dos jornalistas Helival Rios e Ribamar Oliveira é o professor e economista Paulo Nogueira Batista, autor do livro "A economia como ela é...". Nogueira afirma que o momento é propício para rediscutir a globalização, já que o Consenso de Washington provocou um aumento do desemprego e da concentração de renda, pouco significando em crescimento para os países em desenvolvimento. Sábado, às 6h30 e 13h30, e domingo, às 19h30.

- Programa 3 – A cassação do senador Luiz Estevão, a proposta de emenda à Constituição que obriga o governo a gastar mais com saúde, a compensação às perdas geradas pela Lei Kandir e a criação do Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust). Na segunda, às 12h.

■ Entrevista

O teólogo, professor e escritor Leonardo Boff discute a relação entre globalização, ética, solidariedade, meio ambiente e educação, temas de seus dois últimos livros: *Éthos: um consenso mínimo entre os humanos* e *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educacionais*. Domingo, à 1h, às 6h30 e às 13h30, e segunda-feira, às 19h30.

- Programa 4 – Traz a proposta de restrição das hipóteses de sessão do Congresso Nacional, o projeto que disciplina a contratação de parentes no serviço público, as punições da Lei de Responsabilidade Fiscal e a ampliação do "Simples" (tributação simplificada de pequenos negócios) às escolas. No sábado, às 12h, e no domingo, às 2h30, 12h e 21h, e na segunda-feira, às 8h.

■ Entrevista especial com Fernando Cesar Mesquita

O oftalmologista Oswaldo Travassos de Medeiros é o convidado desta semana e fala a respeito dos cuidados que devemos ter com os olhos. Domingo e segunda-feira, às 11h e 23h.

- Programa 5 – Trata da CPI do Futebol, do plebiscito que pode dar ao país mais três territórios e um estado, da restrição da propagação de cigarros na televisão e no rádio e o Orçamento votado pelo Congresso. Sábado, às 2h30, 8h e 21h; domingo, às 4h30, e na segunda-feira, às 5h30.

■ Teatro Arthur Azevedo Apresenta o espetáculo de

Arruda anuncia decisão de manter nome da Petrobras

Líder do governo conversa com o presidente da companhia, que promete rever mudança anunciada. Senadores aprovam em plenário requerimento que pede detalhes dos estudos sobre a nova marca da empresa

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), anunciou em entrevista ontem à tarde que a Petrobras vai rever a decisão de mudar o nome para PetroBrax. O senador conversou sobre o assunto com o presidente da companhia, Henri Philippe Reichstul.

Pela manhã, Arruda assinou o requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que pede ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, o detalhamento de todos os estudos e custos que envolviam a mudança no nome da estatal. Suplicy disse que “não se justificam aos olhos da nação” os gastos superiores a US\$ 50 milhões declarados pelo presidente da empresa em todo o processo de mudança. Arruda afirmou que não concorda com a troca de nome.

— Já tive oportunidade de dizê-lo hoje de manhã ao próprio presidente da Petrobras, e não há por que insistir em uma providência que não tem a aprovação da opinião pública — observou o líder do

governo. O requerimento foi aprovado pelo Plenário na sessão de ontem e os senadores discutiram a mudança do nome corporativo e da logomarca da empresa durante boa parte da sessão.

Para Eduardo Suplicy, não tem cabimento a explicação de Reichstul, de que a mudança de nome e de logomarca daria uma imagem de maior eficiência à empresa. “A Petrobras tem mais de 40 anos de história, possui uma tradição, uma força e uma receptividade junto ao povo brasileiro e em todo o mundo”, destacou o senador. Suplicy chegou a perguntar a um frentista de posto de gasolina o que achava da mudança e ouviu uma resposta indignada. O senador acrescentou que, só pelo desenho do logotipo, a empresa gastou R\$ 700 mil.

Suplicy recebeu a partes favoráveis dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Gerson Camata (PMDB-ES), Heloísa Helena (PT-AL) e Roberto Requião (PMDB-PR), enquanto o senador Edison

Lobão (PFL-MA) disse que debater o assunto “era uma perda de tempo” diante da agenda social, política e econômica do país. Simon considerou a mudança “uma falta de respeito para com o país” e citou o escritor Luís Fernando Veríssimo, que sugeriu a troca do nome do país para “Brasix”, como passaporte para ingresso no Primeiro Mundo.

Camata afirmou que, ou a decisão foi a mais importante do século na área do petróleo, “e nós não temos inteligência para compreendê-la”, ou foi a mais imbecil, “com motivos ocultos que temos que investigar”. Heloísa Helena notou que, se mudança de letra significa eficiência, competência, teríamos de mudar o nome do país para “Brazil”. Roberto Requião levantou suspeitas sobre a decisão e os números envolvidos, sugeriu também a troca do nome do presidente da empresa de “Reichstul” para “Reichstux” e classificou a operação de mudança de nome como “uma grande malandragem”.



Arruda assinou requerimento de Suplicy que pede detalhes sobre a mudança de nome

Álvaro Dias defende mudança na política de atendimento aos idosos

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu mudança nas políticas públicas para a população de idosos. Ele lembrou que os brasileiros acima de 65 anos constituem a faixa etária que mais vem crescendo no país, superando de longe os jovens entre 15 e 16 anos, o que indica a necessidade de mudanças especificamente no padrão de atendimento de saúde.

— Os velhos são, por natureza, mais sujeitos a moléstias. E, como parte significativa dessa faixa etária pertence às camadas mais pobres da população, é necessário adequar particularmente o Sistema Único de Saúde ao atendimento dessa demanda — disse.

O senador pregou também a necessidade de que sejam alteradas algumas das rotinas administrativas e de triagem para atender as pessoas idosas com mais eficiência. Criticando a qualidade desses serviços, ele apontou especialmente as filas, dizendo lastimar a situação de milhões de idosos que são diariamente hu-

milhados à porta das instituições de assistência.

Na opinião do parlamentar, para resolver esses problemas, não é necessária a aprovação de leis ou regulamentos que obriguem as instituições públicas a conferirem prioridade no atendimento dos idosos. Ele disse que há leis boas e suficientes para atender a essas necessidades, mas não são cumpridas.

Lembrando que o Brasil já tem o Estatuto do Idoso, determinando claramente a prioridade de atendimento ao velho nos órgãos públicos e privados, ele pediu que os administradores de serviços de saúde estabeleçam suas práticas e rotinas de modo a cumprir as exigências dessa e de outras leis.

Álvaro Dias constatou que, se o envelhecimento da população tem o aspecto positivo de indicar melhoria nas condições de vida do brasileiro, é urgente mudar-se a mentalidade ainda condizente com a década de 70, quando metade da população brasileira estava abaixo de 18 anos.



Álvaro Dias considera necessário adequar o SUS ao atendimento da demanda dos idosos

Moreira Mendes adverte para as perdas resultantes da renúncia fiscal

Ao analisar a política tributária nacional, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) advertiu para os prejuízos ao país resultantes dos benefícios fiscais concedidos por governantes brasileiros. Além de representarem uma renúncia admitida de receitas públicas, vêm-se constituindo em um verdadeiro sorvedouro de recursos, ensejando a elisão fiscal e até a sonegação, segundo o senador.

No momento em que o Legislativo delibera sobre o Orçamento para 2001 e sobre a busca de recursos para custear o aumento do salário mínimo, Moreira Mendes defendeu uma reflexão dos senadores sobre a renúncia fiscal nos três níveis de administração pública.

Pessoalmente, ele disse entender o papel do incentivo fiscal como agente indutor do desenvolvimento, mas alertou que a eficácia deste recurso depende de



Moreira Mendes acha fundamental que os estudos de renúncia fiscal sejam feitos com maior rigor, para gerar benefícios à sociedade

adequada execução, responsabilidade dos agentes operacionais e fiscalização da sociedade.

O senador explicou que o formato mais tradicional do incentivo tributário é a renúncia fiscal por parte do governante, de modo a incentivar empreendimentos que, por sua geração de riqueza e de emprego, recompensem a sociedade de forma compatível

com a perda de receita decorrente da renúncia.

EXCESSO

Mas Moreira Mendes entende que, no Brasil, os governantes federais, estaduais e municipais têm oferecido vantagens muitas vezes excessivas e não geradoras de uma recompensa aceitável para a comunidade. Ele considera fundamental que os estudos de renúncia fiscal sejam feitos com maior rigor e que os casos específicos, em cada unidade da Federação, sejam examinados pelo Legislativo correspondente, para que a decisão seja a mais responsável possível, além de democraticamente compartilhada.

Na mesma análise, o senador referiu-se à recente Lei de Informática aprovada pelo Congresso, dizendo que ela contém uma opção de renúncia de recursos muito drástica. E disse torcer para que esse incentivo se reverta mesmo em progresso tecnológico para o país e não apenas no enriquecimento de algumas empresas, que se verão livres dos encargos tributários.

Heloísa critica verba para transpor rio São Francisco

Segundo a senadora, projeto tem pelo menos cinco versões que mudam ao sabor das pressões de lideranças e de bancadas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou a inclusão, na madrugada de quinta-feira, de emenda ao Orçamento Geral da União que destina R\$ 30 milhões para a obra de transposição das águas do rio São Francisco. A senadora disse que esse projeto tem pelo menos cinco versões que, segundo ela, mudam ao sabor das pressões de lideranças políticas e de pressões das bancadas de cada estado nordestino.

A senadora observou que o rio São Francisco está ameaçado de extinção, com uma cunha de salinidade de 10 quilômetros que invade suas águas a partir do Oceano Atlântico, devido ao despejo sem controle de lixo, dejetos industriais e esgotos *in natura*. A líder do Bloco Oposição disse que, no início, o argumento para mudar o curso do São Francisco era "matar a sede dos nordestinos". Agora, o objetivo do governo é "irrigação de áreas agricultáveis", o que, segundo ela, é inviável porque a massa de água do rio é insuficiente.



Heloísa Helena: cunha de salinidade de 10 quilômetros invade rio São Francisco a partir do Oceano Atlântico

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse, em aparte, que conversou sobre o tema com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que lhe garantiu a execução de projetos de recuperação da mata e da vegetação das margens e de saneamento do leito do rio. Já o senador Paulo Souto (PFL-BA) concordou com a senadora e disse que não está convencido da eficiência do projeto.

Paulo Souto disse que 80% das

águas desviadas servirão para projetos de irrigação. "O que é uma incoerência, porque o próprio governo não concorda com este modelo de irrigação, e por isso há muito não pede empréstimos externos para os projetos de irrigação na área de atuação da Codevasf", afirmou.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), também em aparte, disse que o projeto "é uma autêntica propaganda enganosa".

Sebastião Rocha quer instalar comissão especial para Amazônia

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) voltou a defender a instalação de uma comissão especial da Amazônia, para analisar todos os problemas da região, incluindo desenvolvimento econômico, tráfico de drogas, corrupção e meio ambiente. Sebastião Rocha acusou o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, de má utilização dos recursos do Fundef e de repassar mais dinheiro do que o previsto à Assembléia Legislativa, como forma de evitar o próprio *impeachment*.

O senador garantiu que a Justiça do Amapá é isenta, e acusou a imprensa de todo o país de manipular a opinião pública contra o Judiciário e em benefício do governador João Capiberibe. "O próprio governador contribuiu para que a corrupção no estado do Amapá chegasse a um estágio incontrolável e que vem preocupando toda a sociedade e ao país",

acusou Sebastião Rocha.

Rocha aproveitou a oportunidade para fazer um rápido balanço das atividades do Congresso Nacional durante o ano. Elogiou o trabalho do relator do Orçamento Geral da União, senador Amir Lando (PMDB-RO), que garantiu, entre outras coisas, fontes de receita para o pagamento de um salário mínimo de R\$180,00.

O senador também deu destaque

à aprovação, pela Comissão do Orçamento, da emenda que permite a criação de planos de assistência médico-odontológica para os servidores públicos dos ex-territórios. Enalteceu ainda a aprovação, pelo Congresso, do Fundo de Combate à Pobreza, a reforma da psiquiatria brasileira e, entre outros projetos, o que trata sobre os planos de saúde e o que proíbe o uso do silicone líquido no corpo humano.



Senador afirma que a Justiça do Amapá é isenta, ao contrário do que divulga a imprensa nacional

Requião prega mudança na votação do Orçamento

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pregou uma mudança no sistema de votação da proposta orçamentária, instituindo a obrigatoriedade de que os destaques apresentados sejam cumpridos pelo Executivo. Para ele, o ideal seria que fossem extintas "as pequenas emendas dos parlamentares", deixando ao Executivo o encargo de elaborar os grandes projetos, delimitados no Orçamento e obrigatoriamente executados.

— Enquanto não tivermos um Orçamento compulsório, enquanto não eliminarmos a liberdade de os ministros trabalharem sem projetos destacados orçamentariamente, enquanto tivermos emendas de parlamentares que podem ou não ser liberadas, o Congresso será mantido como uma espécie de mercado persa, possibilitando e facilitando a troca de favores e benesses em contrapartida de votos — afirmou Requião.

Roberto Requião elogiou o trabalho do relator-geral do Orçamen-



Requião teme riscos decorrentes de pressa na elaboração da lei orçamentária

to, senador Amir Lando (PMDB-RO), mas advertiu para os riscos que a pressa na elaboração da lei possa acarretar. "Nada assegura que amanhã ou depois, na pressa e na confusão da elaboração orçamentária, não surjam dúvidas e desvios, pois que tantas são as emendas e tamanhas são as oportunidades para que isso aconteça", salientou.

Saturnino defende ação de procuradores da República

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou ontem as reações negativas de setores do governo ao conteúdo da entrevista dos procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb, publicada ontem no *Jornal do Brasil*. Os procuradores declararam existir no governo federal um estado de corrupção estrutural. Saturnino disse que o teor da entrevista deve servir para a reflexão dos líderes políticos.

— É óbvio que, pelo seu conteúdo, essa entrevista teria que provocar reações muito fortes, uma certa manifestação sísmica dentro das hostes governamentais, porque traz denúncias que, a par de serem verossímeis, são também profundas e instigantes. Os procuradores também apontaram a existência de licitações direcionadas, obras superfaturadas, convênios fictícios, desvios de recursos e renúncias fiscais ilícitas. É importante que as pessoas que lidam em seu dia-a-dia profissional com esses assuntos venham a público dizer o que pensam e o que estão fazendo — frisou o senador.

Saturnino comentou a proposta feita pelos procuradores de alteração na estrutura dos tribunais superio-



Roberto Saturnino: sugestões dos procuradores merecem a atenção do Senado

res, que, segundo eles, repetidas vezes fazem julgamentos políticos. Luiz Francisco e Schelb sugerem que os ministros dos tribunais tenham mandato fixo, sendo reconduzidos apenas uma vez, e, em parte, eleitos pelo povo. "São sugestões instigantes, que merecem a atenção desta Casa", disse o parlamentar.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a ação do Ministério Público e disse que a entrevista dos procuradores deve funcionar como uma provocação para que o Congresso cumpra a sua obrigação constitucional de fiscalizar os atos do Executivo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Ademir Andrade, Djalma Bessa e José Alencar